ISSN: 2358-8829

A importância da Inclusão na Educação Infantil: Construindo Práticas de Equidade .

Tatiana Maria Pereira [1]
Edjane Aureliano Vieira[2]
Aline Maria Dos Santos Soares[3]

INTRODUÇÃO

A inclusão na Educação Infantil constitui um dos principais desafios e compromissos da educação contemporânea. Fundamentada nos princípios constitucionais do direito à educação para todos, a proposta inclusiva busca assegurar não apenas o acesso à escola, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem de todas as crianças, respeitando suas singularidades.

Na primeira etapa da Educação Básica, a diversidade manifesta-se de múltiplas formas sociais, culturais, físicas, cognitivas e emocionais exigindo da escola uma postura ética e pedagógica comprometida com a equidade. Nesse contexto, discutir a importância da inclusão na Educação Infantil implica refletir sobre práticas educativas que promovam justiça social desde os primeiros anos de vida escolar.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar alunos da educação inclusiva. Possibilitando á criança se desensolver no seu próprio tempo e com suas especificidades. Respeitar essas diferenças é muito importante para que todos se sintam protagonista do seu próprio desenvolvimento. Justifica –se a escolha desta experiência, o papel do educador como mediador e observador que registra os pontos fortes e as dificuldades, que cada criança encontra para realizar as atividades, buscando no coletivo, estratégias metodológicas para auxiliar na superação do mesmo.

[1] Mestranda do Curso de Gestão Ambiental da Universidade Federal - UFPE, thattyannapedagogia@gmail.com;

[2] Mestranda do Curso de Gestão Ambiental da Universidade Federal - UFPE, vieirajrmile@gmail.com;

[3] Professor orientador: Especialista: Treinamento Desportivo e Educação Especial Faculdade Venda Nova Do Imigrante - URJ, Asmodasfitness765@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia surgiu ,a partir da Lei Brasileira de inclusão (LBI – Lei nº 13.146/2015), posteriormente procedeu-se o uso de imagens do processo de inclusão nas atividades em sala de aula regular ,da educação infantil. A pesquisa irá valer-se do uso de imagens e anotações dos relatos das vivencias educacionais, com o intuito de colher dados para aprimorar o processo formativo da regência educacional inclusiva, de forma a inclui-la dentro do ensino/aprendizagem.

Observando a dinâmica de contação de história com uso de paradidáticos, desenvolvimento da coordenação motora, fina e lateralidade. Trazendo a luz a discussão de como se deve incluir o aluno, no desenvolvimento coletivo das atividades em sala de aula, Na discrição dos dados ,observamos o aluno realizando pintura livre em grupo pós contação de história Dos Três Porquinhos.

Aula desenvolvida com objetivo de possibilitar as crianças oportunidades de aprendizado do respeito a si mesmo . De acordo com os direitos autorais estabelecidos pela Lei nº 9.610/98. Diante das observações constatou-se que o processo de inclusão ,faz total diferença quando realizado com o objeto de tornar o aluno protagonista do seu próprio desenvolvimento . Através de atividades lúdicas direcionada a interação social e emocional do aluno.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com base nos referenciais, á educação infantil é compreendida como espaço privilegiado para o desenvolvimento integral da criança. Segundo Vygotsky (1998), o desenvolvimento ocorre por meio das interações sociais, sendo a mediação do adulto fundamental para a construção de aprendizagens significativas. Assim, o ambiente escolar deve favorecer experiências coletivas que respeitem os diferentes ritmos e formas de aprender.

No entanto com perspectiva da educação inclusiva, Mantoan (2003) defende que a inclusão não se limita à matrícula da criança com deficiência na escola regular, mas exige transformação das práticas pedagógicas e da cultura institucional.

Para a autora, a escola inclusiva é aquela que reconhece a diversidade como valor e reorganiza suas metodologias para atender a todos em suas especificidades. A equidade, nesse cenário, assume papel central. Diferentemente da igualdade, que pressupõe oferecer o mesmo a todos, a equidade implica garantir condições diferenciadas conforme as necessidades individuais. Essa concepção dialoga com os pressupostos de Paulo Freire (1996), ao afirmar que a prática educativa deve considerar a realidade do educando, promovendo uma pedagogia fundamentada no respeito, no diálogo e na humanização.

Além disso, Wallon (2007) destaca a importância das dimensões afetiva, motora e cognitiva no desenvolvimento infantil, reforçando que a aprendizagem não ocorre de forma isolada, mas integrada às emoções e às relações sociais.

Dessa forma, práticas inclusivas na Educação Infantil devem considerar o acolhimento, a construção de vínculos e a valorização das múltiplas expressões da criança.A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também reforça a importância de assegurar direitos de aprendizagem por meio de interações e brincadeiras, reconhecendo a criança como sujeito ativo do processo educativo.

Além disso, documentos orientadores como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Base Nacional Comum Curricular reforçam a necessidade de garantir direitos de aprendizagem, promovendo experiências que assegurem participação ativa e respeito à diversidade.

A atuação docente, nesse processo, é fundamental, pois cabe ao professor planejar intervenções que favoreçam a construção de vínculos, o desenvolvimento da empatia e o reconhecimento das diferenças como elemento enriquecedor do ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão na Educação Infantil constitui um princípio indispensável para a construção de uma educação verdadeiramente democrática e comprometida com a justiça social. Ao reconhecer a diversidade como característica inerente ao contexto escolar, a instituição educativa assume o papel de promover práticas pedagógicas que assegurem equidade, participação e desenvolvimento integral para todas as crianças.

Com base nos referenciais teóricos apresentados, compreende-se que a inclusão não se restringe ao acesso à escola, mas envolve a transformação das práticas docentes, da organização curricular e das relações estabelecidas no cotidiano escolar. A mediação pedagógica, o acolhimento das diferenças e a valorização das múltiplas formas de aprendizagem configuram-se como elementos essenciais para a efetivação de uma proposta inclusiva.

Destaca-se, ainda, que a construção de práticas equitativas exige formação continuada dos profissionais da educação, planejamento intencional e compromisso ético com a garantia dos direitos de aprendizagem. Nesse sentido, a atuação docente torna-se central na consolidação de ambientes educativos que favoreçam o respeito, a empatia e a convivência democrática desde a primeira infância.

Conclui-se que investir na inclusão na Educação Infantil significa investir na formação de sujeitos mais conscientes, solidários e preparados para viver em uma sociedade plural. Assim, promover equidade nas práticas pedagógicas é contribuir para a construção de uma cultura escolar fundamentada na valorização da diversidade e na efetivação do direito à educação para todos.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação realizada em turma da Educação Infantil revelou que as práticas inclusivas estão presentes de forma parcial no cotidiano escolar. Verificou-se que a docente utiliza estratégias lúdicas diversificadas, favorecendo a participação das crianças nas atividades coletivas.

No entanto, identificaram-se desafios relacionados à adaptação curricular e à oferta de recursos pedagógicos específicos para atender crianças com necessidades educacionais diferenciadas. Embora exista disposição para inclusão, percebe-se que a falta de formação continuada impacta diretamente na efetividade das práticas equitativas.

Os dados coletados confirmam as discussões teóricas de Mantoan (2003), que destaca a necessidade de transformação institucional para que a inclusão ocorra de maneira plena. Observou-se também que ambientes acolhedores e relações afetivas positivas favorecem a participação ativa das crianças, corroborando as contribuições de Wallon (2007) sobre a importância da dimensão afetiva no desenvolvimento.

Conclui-se que, apesar dos avanços, ainda são necessários investimentos estruturais e formativos para consolidar práticas inclusivas na Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil, Educação Inclusiva, Metodologia, Ludicidade, Desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força e sabedoria concedidas ao longo desta caminhada acadêmica.

À minha família, pelo apoio, compreensão e incentivo constantes, fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos professores e orientadores, pelas contribuições teóricas, orientações e incentivo à reflexão crítica, que enriqueceram significativamente minha formação profissional.

Aos colegas de trabalho , pelas trocas de experiências e aprendizados compartilhados.

Por fim, às crianças, que diariamente inspiram minha prática pedagógica e reforçam a importância de uma educação inclusiva, humana e comprometida com a equidade.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa. Inclusão é o privilegio de conviver com as diferenças. In: Nova escola,2025,p.24-26.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.
FARIAS,V.L.B. Projeto Político Pedagógico da Creche.2018.

RODRIGUES, David (org.) Inclusão : Doze Olhares Sobre Educação Inclusiva. São Paulo: Summus,2006.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL.Ministerio da Educação. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil.Brasília,2018.82p.

ISSN: 2358-8829